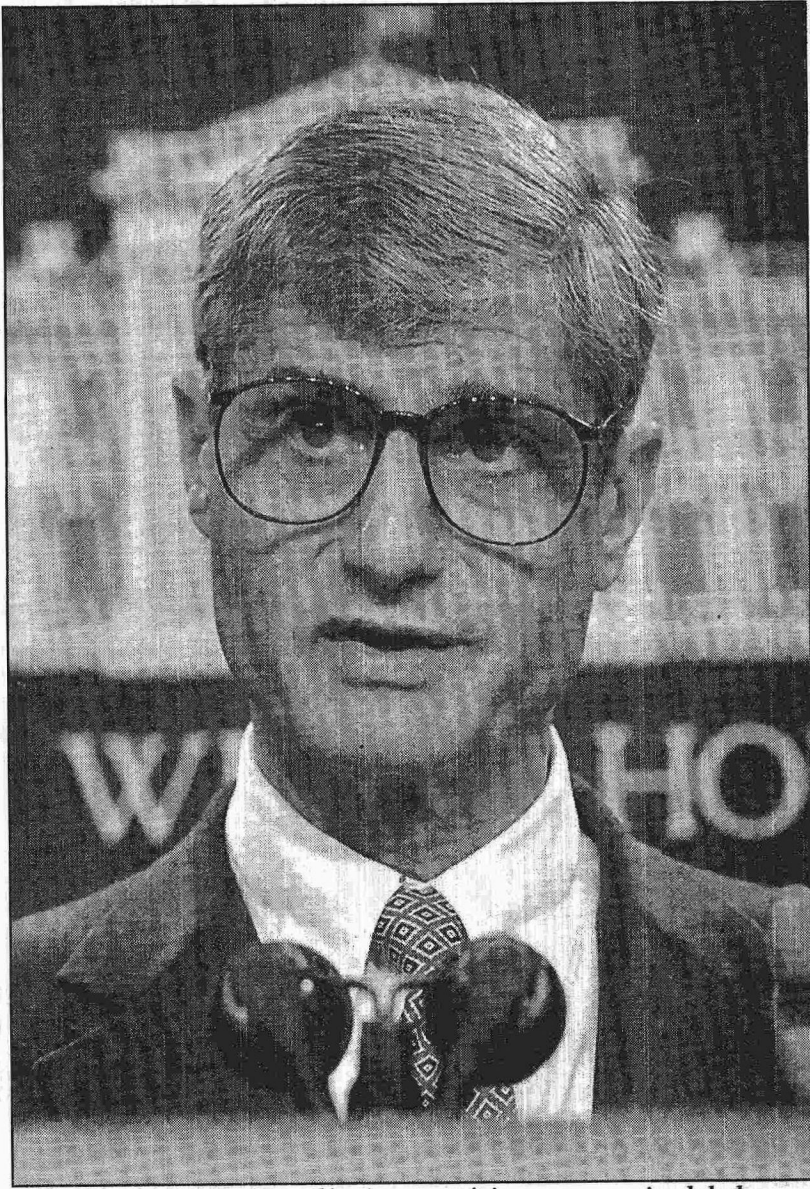




Camdessus: participação do FMI deve ficar em torno de US\$ 18 bilhões



Robert Rubin: interdependência e contágio na economia global

# Fundo aposta alto para recobrar confiança

*Insucessos no Sudeste Asiático e Rússia levam entidade a buscar com o Brasil credibilidade perdida*

**W**ASHINGTON – Com sua credibilidade em jogo por causa do insucesso das operações de resgate das economias da Tailândia, Coréia do Sul, Indonésia e Rússia, os dirigentes do Fundo Monetário Internacional e seus aliados no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos fizeram uma aposta alta e sem precedentes no Brasil, na última sexta-feira. Com o anúncio do acordo de estabilização econômica entre o governo e o FMI e da linha de crédito internacional de US\$ 41,5 bilhões aberta ao País, eles endossaram a posição da equipe econômica sobre a natureza da crise externa que ameaça o Brasil e o caráter preventivo que a operação deve ter. Eles disseram que confiam na capacidade política do presidente Fernando Henrique Cardoso de convencer o Congresso, seus ministros e os governadores de Estados a remover as causas internas da crise aprovando e executando, nos próximos meses, as duras reformas necessárias para acabar com o déficit crônico nas contas do setor público. Mais: o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e o secretário do Tesouro, Robert Rubin, manifestaram confiança no retorno dos capitais priva-

dos ao Brasil no ano que vem, o fato que provará que o contágio da crise financeira iniciada na Ásia no ano passado foi finalmente contido e colocará o País num novo patamar de credibilidade internacional.

A aposta que o FMI e o Tesouro fizeram no País foi a tônica da cobertura do anúncio do acordo nos grandes jornais americanos, ontem. Ela não se limitou às declarações otimistas que Camdessus e Rubin fizeram ao anunciar o acordo e a participação dos EUA na operação, na sexta-feira. A aposta está na estrutura e nas condições do suporte financeiro a que o Brasil terá acesso, se o País fizer o que nunca fez antes nos vários acordos que assinou no passado com o FMI e puser em prática o programa econômico acertado com a instituição.

Embora o crédito de US\$ 41,5 bilhões oferecido ao Brasil seja inferior aos que foram dados ao México e à Coréia, em 1995 e no ano passado, ele é o que tem, de longe, a maior proporção de recursos desembolsáveis na frente: US\$ 37 bilhões estarão disponíveis até dezembro de 1999. Este é o aspecto preventivo do suporte financeiro ao Brasil. Segundo o vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, ele deverá servir de modelo para um novo mecanismo de financiamento de contingência que a instituição está criando para combater o efeito de contágio das crises financeiras no mercado globalizado. “O montante

está significativamente acima do que imaginamos necessários para lidar com eventos que possam ocorrer”, disse Fischer. Em outras palavras, o Brasil terá como se defender das consequências de crises externas fora de seu controle se estiver executando o ajuste fiscal que se comprometeu a realizar. Ao mesmo tempo, o alto custo do empréstimo e o prazo apertado de vencimento será um estímulo para o governo não usar o dinheiro e batalhar para reabrir o acesso aos capitais privados.

Mas é a decisão da administração Clinton de não pedir garantias reais ao Brasil por seu aporte de US\$ 5 bilhões ao empréstimo que melhor ilustra a aposta política que os EUA fizeram ao endossar o programa econômico do governo de Fernando Henrique. No início de 1995, quando ofereceu US\$ 20 bilhões em créditos de emergência ao México, Washington exigiu que o país vizinho garantisse o repagamento de cada centavo usado depositando uma parte de sua receita de petróleo numa conta conjunta, em Nova York. O México usou US\$ 12 bilhões do crédito americano e pagou antes do vencimento, com juros de US\$ 500 milhões.

Os EUA também ofereceram dinheiro para a Indonésia e a Coréia do Sul, mas em ambos os casos os recursos eram parte de uma segunda linha de defesa que não chegou a ser ativada. Como ocorreu com o empréstimo para o México, tam-

bém desta vez os EUA saíram lucrando, mesmo que o Brasil não use o dinheiro. O prêmio de 4% (acima dos títulos do Tesouro) será aplicado a partir do momento em que o empréstimo ficar disponível e não apenas quando for sacado, quando passará a valer a taxa plena, hoje em torno de 9%. O País pagará pelo menos US\$ 200 milhões ao Tesouro em 1999. O mesmo prêmio de 4% será

aplicado aos US\$ 9,5 bilhões restantes do componente bilateral do crédito obtido pelo País.

Clinton assumiu um risco político calculado com o Congresso americano ao oferecer o dinheiro ao Brasil

sem exigência de colateral. O secretário do Tesouro, Robert Rubin, justificou a decisão na sexta-feira dizendo que a situação do Brasil em 1998 é diferente da do México em 1995 porque o País tem mais de 40 bilhões de reservas. A derrota do senador Alfonse D'Amato, republicano de Nova York, na eleição da semana atrasada, removeu do Congresso o maior adversário do uso de dinheiro do contribuinte americano para resgatar a economia mexicana e certamente facilitou a decisão. Rubin indicou que não está preocupado com a possibilidade de o crédito bilateral ao Brasil virar alvo de críticas no Congresso. “As pessoas tiveram a oportunidade de pensar sobre a interdependência na economia global e o que está em jogo para o nosso bem-estar econômico quando se lida com o contágio.”

**C**RÉDITO SEM  
GARANTIA DÁ  
DIMENSÃO DO  
APOIO

**P**AÍS PAGARÁ  
JUROS MESMO SEM  
USAR DINHEIRO  
DE EMPRÉSTIMO